

Grupo de História

Kleverson Teodoro Lima

Luiz Alberto Sales Vieira

Myriam Bahia Lopes (Coordenação)



MORRO DA QUEIMADA: SÉCULO XX.

1. Morro da Queimada no século XX.....	02
2. Espaço de memória, novas ocupações, conflitos e projetos	02
3. Considerações Finais.....	21
4. Referências bibliográficas.....	23

1. Morro da Queimada no século XX

No século XIX e parte do XX o cenário urbano do Morro da Queimada e da Serra de Ouro Preto é descrito como um espaço de baixa ocupação, lavras abandonadas e terrenos devolutos.¹ A partir da década de 1960, no entanto, influenciado pela tendência de crescimento dos centros urbanos, inicia-se um processo desordenado de ocupação nessa região, que será responsável, entre outros, pelo desaparecimento de grande parte das antigas estruturas de mineração e moradia da serra. Os novos contingentes de moradores, a fim de construir as suas residências, adotaram a prática de desmontar parte das ruínas e aproveitá-las na montagem dos alicerces, muros e paredes.

Falta de reconhecimento do valor das ruínas por parte dos habitantes e dos administradores? Ineficiência dos poderes públicos e da sociedade civil? Partindo dessas questões esse estudo busca identificar o “lugar” do sítio arqueológico Morro da Queimada e de áreas próximas em alguns projetos desenvolvidos em Ouro Preto no século XX. A partir de quando o sítio passou a fazer parte dos discursos de preservação? Que tipo de intervenções foram realizadas nesse espaço? Em que momento a depredação das ruínas passou a sensibilizar parte da sociedade civil? Quais os planos atuais para a conservação desse espaço? Esse estudo de caso nos aproxima de uma questão importante, o ato simbólico do tombamento que destaca socialmente um bem ou um conjunto de bens, é apenas a ponta do iceberg da política de patrimônio cultural. Após o tombamento se inicia uma série de desafios constantes.

2. Espaço de memória, novas ocupações, conflitos e projetos.

Durante a primeira metade do século XX, a sede de Ouro Preto apresenta uma tendência de queda do número de habitantes. O cenário urbano constituído em suas fases colonial e imperial, passa de “ultrapassado” como era classificado pelos mudancistas nos oitocentos para a condição de “Monumento Nacional”. Essa transformação se apóia em várias projeções sobre “tradição” e “identidade”. O espaço torna-se um laboratório para a cidade monumento no qual se desenrola o complexo jogo entre o alcance e os limites das políticas de preservação do patrimônio cultural e da ação de seus habitantes. Ouro

¹ Ler o artigo *Morro da Queimada no século XIX* disponível no site do Projeto de Implantação do Parque Arqueológico Morro da Queimada.

Preto passa a mimetizar Minas e o Brasil, construindo com a contemporaneidade uma difícil tarefa de permanecer e ao mesmo tempo se atualizar física e simbolicamente.

Igreja de Santa Efigênia



FIG.1. Ouro Preto – Vista parcial da cidade. 1927

Autor: Luiz Fontana

Fonte: Acervo fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória - IFAC / UFOP.

No campo demográfico podemos perceber essa tendência de queda de habitantes a partir da comparação entre os dados da sede e do município de Ouro Preto em 1890 e 1920. O Anuario Estatístico publicado em 1921, indica que em 1890 (sete anos antes da mudança da capital) o município contava com **59.219** habitantes e a sede **17.857**. Três décadas depois, o número para o município era de **51.136** moradores e para a sede **11.857**. Como alguns pesquisadores, feito Rodrigo Meniconi (2000), indicam que cerca de **45%** da população migraram nos anos seguintes à mudança da capital, a diferença de 6.000 habitantes (**34%**) expressa pelo Anuario demonstra que, mesmo que prosseguisse a tendência de diminuição de sua população, a sede absorveu novas levas de moradores após a fase do intenso abandono. Parte desse novo contingente, como ocorreu com os estudantes da Escola de Minas ou com as famílias que viviam nos distritos próximos, passou a ocupar os antigos edifícios negociados, abandonados ou em estado de arruinação.

Nos morros da Serra de Ouro Preto a pequena ocupação durante a primeira metade dos novecentos pode ser visualizada em três documentos: *Memoria e planta sobre as lavras auríferas dos Tassaras e arredores feitos pelos engenheiros Clodomiro de Oliveira e Francisco Mariano Ribeiro*; *Índice das provisões de aforamentos* solicitados entre 1900

e 1961, elaborado por Helenice Afonso de Oliveira (2002); e o *Livro de lançamentos dos Impostos Territorial e Predial (1942-1965)*.²

A pedido da Câmara, os engenheiros Clodomiro de Oliveira e Francisco Ribeiro fizeram, em 1903, a “medição e discriminação de todos os terrenos compreendidos na zona levantada” nas proximidades do Morro da Piedade. Entre a Rua Maciel (atual Conselheiro Quintilhiano) e o Taquaral, em meio aos terrenos abandonados ou devolutos, eles identificaram **68 proprietários**; no Morro da Piedade e na área cortada pela “Estrada para Antônio Pereira” foram listados somente **6 proprietários**, entre eles os terrenos das desativadas Lavras dos Tassaras. Percebe-se, portanto, que nessa parte da Serra de Ouro Preto houve uma tendência de concentração dos moradores nos pontos tradicionais menos elevados, como nas proximidades da Rua Conselheiro Quintilhiano (FIG.1).³ Acreditamos que essa tendência tornou-se evidente a partir da segunda metade do século XIX, devido ao arrefecimento das lavras e da vida urbana nesses morros.

Os **734 pedidos de aforamentos** encaminhados à Câmara de Ouro Preto entre 1900 e 1961, referentes à regularização de lotes na sede, ratificam essa baixa ocupação dos morros (Oliveira: 2002). Desses, **somente 12** relacionam-se a proprietários de terrenos no Morro da Queimada, listados abaixo:

Termo de Aforamento em favor do **Sr. José do Patrocínio Andrade**, terreno situado no Morro da Queimada na freguesia de Antônio Dias, onde existiu um casa pertencente aos herdeiros do Demetrio Coelho Netto, o qual mede 165m de frente e tem as divisas seguintes: **faz frente com o Morro da Queimada, divide-se por um lado com estrada que vai ter a Antônio Pereira, até os terrenos pertencentes aos herdeiros do Coronel Pedro Teixeira da Motta, por outro lado e pelos fundos com um vallo** (grifo nosso). Em 31 de janeiro de 1917. Fls.140 e 141.

Termo de Aforamento em favor do **Sr. Marçal Feliciano Ferreira**, terreno situado no Morro da Queimada, dividindo-se: pela frente para a ponte José Vieira, com 30m, por um lado para a Igreja de Santa Efigênia, com 60m, de outro lado com **caminho do Morro de Santana**, com 40m, de outro **lado denominado Cata**, com 40m. em 7 de outubro de 1946. Fl.15 (grifo nosso)..

Termo de Aforamento em favor do **Sr. Antônio Pereira de Souza**, terreno situado no Morro da Queimada, com área de 15m de frente por 7m de fundos, dividindo-se: frente com terreno de Luiz do Espírito Santo, **fundos com terrenos devolutos e estrada de rodagem que vai para o distrito de Antônio Pereira** (grifo nosso). Em 26 de novembro de 1946.

Termo de Aforamento em favor do **Sr. Joaquim Santana**, terreno situado a rua do Morro da Queimada, com área 12m de frente por 12m de fundos, dividindo-se: frente

² Esses três documentos fazem parte do acervo do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

³ A ocupação de residências ao longo da Rua Conselheiro Quintilhiano, que dá acesso à estrada para Mariana via Distrito de Passagem, é uma herança dos séculos XVIII e XIX.

com **terreno devoluto**, fundos com **terrenos devolutos**, direito com terreno de José Teixeira de Carvalho, e esquerda com **um beco que vai ao Alto da Cruz** (grifo nosso). Em 22 de julho de 1955. Fl.93.

Termo de Aforamento em favor do **Sr. Álvaro Gomes de Souza**, terreno situado à rua do Morro da Queimada, com área de 8m de frente por 50m de fundos, dividindo-se: frente com **estrada que vai a Antônio Pereira**, fundos com terrenos do requerente, e herdeiros de B. Assunção, direita com terrenos do requerente e esquerda com terrenos de Bernardo Assunção. Fl.94v (grifo nosso)..

Termo de Aforamento em favor do **Sr. Raimundo de Queiroz**, terreno situado à Rua Caminho do Morro da Queimada, com área de 15m de frente por 10m de fundos, dividindo-se: **frente com rampas da estrada que vai as Águas Ferreas**, fundos com caminho que vai ao Morro da Queimada, direita com terreno de herdeiros de José Faria, esquerda com terrenos de Joana Couto (grifo nosso).. Em 25 de junho de 1956. Fl.116.

Termo de Aforamento em favor do **Sr. Raimundo Nonato de Almeida**, terreno situado à rua Caminho do Morro da Queimada, com área de 15m de frente por 10m de fundos, dividindo-se: frente com rampas de estrada que vai as Águas Férreas, fundos com caminho que vai ao Morro da Queimada (grifo nosso). Em 26 de junho de 1956. Fl.116v.

Termo de Aforamento em favor do **Sr. Raimundo Eloy Mapa**, terreno situado No Morro da Queimada, com área de 288m², dividindo-se: frente com **terrenos desta Prefeitura(mina)**, direita com terrenos já delineados e aforados por diversos, esquerda com **terrenos vagos e fundos com outra mina** (grifo nosso). Em 3 de junho de 1957. Fl.136.NCP. transferido a Raimundo Gonçalves em 28-09-1962.

Termo de Aforamento em favor do **Sr. José Bibiano Gonçalves**, terreno situado fraldo do Morro da Queimada, com área de 15m de frente por 22m de fundos(total 330m²), dividindo por todos os lados com **terrenos vagos da Prefeitura**. Em 24 de fevereiro de 1958. Fl.145.NCP. transferido a Raimundo Neves 168m² em 29-12-1966 (grifo nosso). A Raimundo N. Neves a Nilson Gonçalves 168m² em 15-07-1966.

Termo de Aforamento em favor do **Sr. Manoel Araújo por seu filhos menores Mirce, Ivete, Eliane, Maria, Nélio e Emilia Feliciano Araujo**, terreno situado na fralda do Morro da Queimada, onde se acha localizada sua casa de zinco, com área de 210m² dividindo por **todos os lados com terrenos da Sesmaria**. Em 8 de janeiro de 1959. Fl.165. NCP. Na provisão acima, onde consta o nome Mirce, o correto o e Mercês Lourdes de Toledo, conforme requerimento protocolado sob. N°003005, de 10-04-1989 e documentação arquivada nesta secretaria de Administração (grifo nosso).

Termo de Aforamento em favor da **Sra. Orquiza Anastácio Mendes**, terreno situado no Morro da Queimada, com área de 196m², dividindo por **todos os lados com terrenos da Sesmaria Municipal** (grifo nosso). Em 6 de junho de 1959. Fl.171v.

Termo de Aforamento em favor do **Sr. Luiz Pereira de Souza**, terreno situado nas fraldas do Morro da Queimada, com área de 750m², com as seguintes divisas: frente, fundos e **esquerda com terrenos da Prefeitura e direita com estrada que vai ao Campo Grande** (grifo nosso). Em 22 de julho de 1959. Fl. 177v.

Nesses Termos, a recorrência de citações aos “terrenos devolutos”, aos “terrenos da Sesmaria Municipal” e aos poucos proprietários que divisavam com esses lotes transparece o baixo povoamento. Impressão também confirmada pelo *Livro de lançamentos dos Impostos Territorial e Predial*: apesar da incorporação das lavras

abandonadas e terras devolutas pela Câmara em 1892, somente a partir da década de 1940 é que essa região passou a ser tributada (Quadro 1). Portanto, apesar da sede de Ouro Preto ter renovado e recuperado parte de sua população nas duas primeiras décadas do século XX, quando comparamos os números de 1890 (17.857) e 1920 (11.857), a perda de moradores permaneceu uma tendência até a década de 1950, época em que atingiu 8.751 habitantes.

Quadro 1. Moradores tributados nos morros da Serra de Ouro Preto. 1942-1965.

Morros	1943	1955
Queimada	33	55
Santana	-	17
São Sebastião	-	52

Fonte: Livro de lançamentos de Impostos Territorial e Predial. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.⁴

No campo produtivo, ainda na primeira metade do século XX, enquanto esfriavam as expectativas de grandes investimentos na produção do ouro na sede, animaram-se os investimentos na produção do ferro e na exploração de outros minerais no município: manganês, bauxita etc.⁵ A inauguração da Usina Esperança no Distrito de Itabira do Campo (atual Itabirito), em 1888, e da Usina Wigg no Distrito de Miguel Burnier, durante o início da República, exemplificam essas novas apostas em Ouro Preto. Até o final da década de 1920, outras experiências siderúrgicas foram ativadas na região central de Minas, como a Usina União no Distrito de Inficionado, em Mariana, que durou pouco tempo; Purri & Cia, em Caeté; a Usina do Morro Grande, em Santa Bárbara; e a Companhia Siderurgica Mineira, posterior Belgo Mineira, em Sabará (Gomes: 1983, p.141-169).

Na sede de Ouro Preto, a Fábrica de Tecidos de São José, situada no Tombadouro, cuja as sobras de energia elétrica foram utilizadas nas primeira fase de iluminação de Ouro Preto, e a Eletro Química Brasileira S.A, conhecida como Elquisa, situada na região de

⁴ A falta de informações sobre os morros de Santana e São Sebastião em 1943 talvez evidencie não a ausência de habitantes, mas o melhoramento da máquina tributária nesse período.

⁵ Em 1911, o Engenheiro de Minas Benedito José dos Santos informou que a jazida do Morro de São Vicente, localizada no atual Distrito de Acuruí, em Itabirito, era a única em atividade (Santos: 1911, p.100). Esse esfriamento dos discursos em torno da extração do ouro é visível nos annais publicados pela Escola de Minas ao longo do século XX. A produção do ouro mereceu a atenção de poucos e pontuais artigos: nenhum referente à Serra de Ouro Preto.

Saramenha, formavam os dois principais empreendimentos locais. Ambas, no entanto, enfrentaram problemas quanto à sua manutenção: a Elquisa, por exemplo, que iniciou as suas atividades produzindo ácido sulfúrico e ferro-gusa, investiu alto na instalação de uma fábrica de alumínio no início da década de 1940, mas ficou subutilizada até 1950, devido ao excesso de sucata desse material no mercado do pós-guerra (1945) (Mourão et alli: 2000, 126p.).⁶ Um outro problema vivenciado durante a primeira metade do século XX foi a diminuição do perímetro do município, que afetou diretamente a arrecadação municipal. Em 1923, emancipou-se o distrito de Itabira do Campo atual Itabirito com suas fábricas de tecidos, couros e ferro-gusa; em 1938 foi a vez de Congonhas do Campo; e, em 1953, instalou-se o município de Ouro Branco (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: 1959, p. 228).

É nesse contexto marcado pela diminuição da população, retração do perímetro do município e atualização aos novos conceitos sobre o espaço urbano, como a instalação de indústrias, que surgem os discursos que elevaram a sede de Ouro Preto à condição de “Monumento Nacional”. Para o arquiteto Rodrigo Meniconi, que estudou diferentes aspectos presentes na produção desses discursos:

A República e a mudança da capital vão ser responsáveis tanto pela decadência e pelo esvaziamento da cidade, quanto por sua “conservação”: Salvam-na, ao mantê-la ao largo do desenvolvimento e do “progresso”, enfim, dos processos de metropolização e da contínua renovação urbana presentes nos outros centros antigos e na própria Belo Horizonte (Meniconi: 2000).

O historiador Caion Meneghello Natal (2005) concorda com Meniconi:

A nova concepção que passa a envolver Ouro Preto, a partir da consolidação de Belo Horizonte, é a de que a cidade não deveria mudar sua condição material, mas sim trazer as marcas do passado em seu traçado e em sua arquitetura. Em fins do século XIX e começo do XX, Ouro Preto passa a assumir uma imagem cujo principal atributo seria sua imutabilidade como signo da preservação de uma memória histórica; de uma tradição que deveria ser mantida sob pena de perder um importante elemento constitutivo da identidade brasileira e mineira.

A evocação da sede de Ouro Preto como um importante palco da memória nacional parece se iniciar com a constituição do Arquivo Público Mineiro, em 1895, da Revista do Arquivo Público Mineiro, em 1896, e do lançamento das *Efemérides Mineiras*, em 1897, que ajudaram a difundir a imagem de Minas Gerais e de Ouro Preto como

⁶ A ampliação da estrutura da Elquisa para a produção do alumínio levou à constituição de dois novos bairros em Ouro Preto, situados na região de Saramenha: Vila Operária e Vila dos Engenheiros. Esses bairros, que ficam distantes da região central da sede, imprimiram um novo conceito urbanístico e arquitetônico na paisagem local, se diferenciando dos casarões coloniais ou dos imóveis edificadas no limiar do século XX (Mourão et alli: 2000, 126p.).

espaços de “luta contra o despotismo e a busca da liberdade.” Esses três empreendimentos foram dirigidos pelo monarquista José Pedro Xavier da Veiga (Meniconi: 2000).” Também merece destaque especial no processo de constituição de musealização da sede, o ano do bicentenário de Ouro Preto (1911), que foi marcado pela programação de festas, visitas aos “lugares históricos”, exibição de filmes, inauguração de uma nova tradição (a transferência simbólica da capital para a cidade e a distribuição de medalhas na Praça da Inconfidência) e a edição de uma publicação específica sobre a história local. O livro *Bi-Centenário de Ouro Preto (1711-1911): Memória Histórica*, editado pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, envolveu nomes importantes do quadro intelectual mineiro, como Nelson de Senna, Benedicto José dos Santos, Diogo de Vasconcelos e Augusto Velloso.

A exaltação e as alegorias montadas em torno da preservação da cidade contou com novos adeptos, como o escritor Alceu de Amoroso Lima (o Tristão de Ataíde), que escreveu um artigo, em 1916, em defesa do “passado nacional”, onde cita o descaso com as cidades de Ouro Preto e Diamantina; e o escritor Mário de Andrade, que visitou a região na segunda década do XX, levando-o a escrever, em 1920, sobre Aleijadinho e a defini-lo como um “gênio da raça” (Meniconi: 2000). Na década de 1920 seguiram-se novas viagens à velha cidade: Lúcio Costa; Gustavo Barroso; e os paulistas encabeçados por Mário de Andrade (Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e Blande Cendars), colocando Ouro Preto e Minas no foco do modernismo.

Em 1933, após a ressonância dessas e de outras vozes no período varguista, Ouro Preto foi elevada à condição de “Monumento Nacional”, e passou a ser tutelada pelo Governo Federal. Segundo Rodrigo Meniconi (2000):

Com a criação, no ano seguinte, da Inspetoria de Monumentos Históricos, vinculada ao Museu Histórico Nacional dirigido por Gustavo Barroso, os problemas da conservação e restauração da cidade e de seus valores assumem dimensões nacionais, demandando urgências operativas. Em 1935 Barroso apresenta um **“Plano de Restauração” da cidade de Ouro Preto. Esse plano, primeiro no Brasil, na verdade contemplava a restauração de edificações singulares, igrejas, pontes e chafarizes** e vai ser executado nos próximos três anos, com uma verba de 200 mil réis.

A passagem de Ouro Preto à categoria de cidade-monumento inaugurou também o complexo jogo de interesses que envolve a criação dos órgãos e das diretrizes que visam cuidar do patrimônio cultural; a realidade dos baixos orçamentos destinados a esses trabalhos; os contextos políticos em diferentes dimensões (local, estadual e federal); e o

envolvimento e a recepção da população quanto às implicações práticas mediante a esse *status quo*. Em relação aos morros da Serra de Ouro Preto, o crescimento desses discursos de preservação levou à restauração da Capela de São João (atribuída como o primeiro templo da sede) no final da década de **1920** (junto com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Casa dos Contos e Ponte São José) e à “consolidação estrutural e reconstituição de elementos degradados” das capelas de Santana e Piedade na década de **1940** (Meniconi: 2000). Como o olhar preservacionista nessa época privilegiava o patrimônio edificado (casas, prédios, pontes, chafarizes), os sítios arqueológicos ainda não possuíam visibilidade ou mesmo uma legislação específica.⁷ Assim, as ruínas do Morro da Queimada, apesar de pertencerem ao perímetro de tombamento da sede de Ouro Preto, não receberam nenhum tratamento diferenciado nesse período, a não ser a sua inclusão nos estudos do arquiteto Sylvio de Vasconcellos sobre a tipologia das residências da sede de Ouro Preto. Sylvio exerceu a função de chefe do Distrito do SPHAN (Serviço de Patrimônio Artístico Nacional) entre 1939 e 1969, e deixou um pontual, mas interessante estudo essas ruínas no livro *Vila Rica. Formação e desenvolvimento: residências*.⁸

A partir da segunda metade do século XX, influenciado pela tendência nacional de concentração da população nos centros urbanos, um novo panorama se instalou em Ouro Preto. Em 1950, a compra da Eletro Química Brasileira S.A (Elquisa) pela empresa canadense Aluminium Limited (Alcan) injetou novos ânimos a esse empreendimento.⁹ Com a regularização e o crescimento do mercado externo para os subprodutos do alumínio, a empresa ampliou as suas instalações nas décadas de 1960 e 1970, fator que contribuiu para o estímulo de novas levas de moradores e a demanda por residências na sede de Ouro Preto (Mourão et alli: 2000,126p.).¹⁰

Quadro 2. População de Ouro Preto (por décadas e anos)

Morros	1950	1960	1970	1980	1991	2007
Município	28.229	33.927	48.088	53.413	62.514	67.048

⁷ Apesar de citados no Artigo 1º do Decreto-Lei que criou o SPHAN (Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937, os sítios arqueológicos só passaram a contar com legislação específica em 1961, na gestão de Jânio Quadros.

⁸ Ler o artigo *Morro da Queimada: ocupação, dimensão e ruínas* disponível no site do Projeto de Implantação do Morro da Queimada.

⁹ A partir de 1958, a Elquisa passou a ser denominada como Aluminas - Alumínio Minas Gerais S.A.

¹⁰ Na década de 1950 a economia do município baseava-se na produção do ferro-gusa e do alumínio, extração e beneficiamento de produtos minerais, como o manganês, o calcário, o mármore e o talco, e a fabricação de tecidos (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, IBGE, 1959, p.225-238).

Sede	8.751	14.722	25.252	-	-	-

Fonte: Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. (1976, p.7).

Quanto ao número da população, percebe-se no Quadro 2 que quase duplicou no município entre as décadas de 1950 e 1970; na sede, nesse mesmo período, praticamente triplicou, passando de **8.751** para **25.252**. Entre 1970 e 2007, a população municipal cresceu quase 1/3, passando de 48.088 para 67.048. Se projetarmos o mesmo índice para a sede chegaríamos a aproximadamente 35.000 moradores em 2007. Assim, entre 1950 e 2007 teríamos um crescimento dos habitantes na sede acima de 400%, configurando uma intensa ampliação demográfica.

Nos morros da Serra de Ouro Preto também identifica-se essa tendência de crescimento, como demonstram os Quadros 3 e 4. O número de moradores tributados entre 1955 e 1965 triplicou no Morro da Queimada e duplicou no Morro de Santana. Em 1982, no *Boletim de Cadastro Imobiliário da sede de Ouro Preto*, percebe-se uma tendência de maior crescimento nos morros de Santana e Piedade, concretizada nas décadas seguintes. Para os geólogos Frederico Sobreira e Marco Fonseca (1999):

A falta de planejamento, especialmente relacionado ao processo de expansão dos núcleos urbanos no Brasil é um dos problemas crônicos que têm afetado as diversas cidades brasileiras, em maior ou menor grau. Decorrente de uma série de fatores, **este processo de ocupação desordenada, iniciado no Brasil por volta do final dos anos 50**, evoluiu de forma diferenciada em diversas regiões (grifo nosso). Esta evolução é controlada por fatores socioeconômicos e políticos e chega, neste final de século, a ser um desafio para os poderes públicos, em grande parte responsáveis pelo caos urbano que tem sido observado em muitas cidades brasileiras.

Quadro 3. Moradores tributados nos morros da Serra de Ouro Preto (1943-1965)

Morros	1943	1955	1965
Queimada	33	55	151
Santana	-	17	33
São Sebastião	-	52	-

Fonte: Livro de lançamentos de Impostos Territorial e Predial. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto

Quadro 4. Moradores cadastrados nos morros da Serra de Ouro Preto (1982)

Morros	1982
Queimada	99

Santana	60
São Sebastião	59
Piedade	130

Fonte: Boletim de Cadastro Imobiliário da sede de Ouro Preto. 1982.
Arquivo Público Municipal de Ouro Preto

A comparação entre as figuras 2 e 3 evidencia mais claramente os efeitos desse crescimento da população na região do Morro da Queimada a partir da década de 1960. A imagem registrada em 1950 demonstra que a área situada acima da Rua 15 de Agosto ainda encontrava-se sem ocupação, diferente do setor localizado abaixo desse logradouro, que apresenta um povoamento de baixa densidade próximo à Rua Conselheiro Quintiliano. A imagem registrada em 2009, ao contrário, demonstra a intensa concentração urbana localizada acima, ao lado e abaixo da Rua 15 de Agosto, unificando espaços como o Morro da Queimada, Lages, Alto da Cruz e os morros de Piedade e Santana.

Sobreira e Fonseca (1999) compararam a imagem aérea de 1950 (FIG.2) a outras, registradas em 1969 e 1986, e concluíram que:

Nas **fotografias de 1969** o panorama é bem distinto, notando-se principalmente o início da ocupação da área a montante da rua 15 de Agosto. Quase todo o setor a jusante da referida rua estava já ocupado, com maior densidade na metade inferior. (...) **Nota-se claramente o início da degradação pela ocupação desordenada desta porção da serra de Ouro Preto que abrigava a maior parte das ruínas do antigo Arraial do Ouro Podre.** (...) Nas **fotografias aéreas e ortofotos de 1986** a ocupação da porção mais a jusante da área de estudo já estava consolidada, tendo esta ocupação uma maior densidade próximo à rua 15 de Agosto. (...) **No entanto, o conjunto principal de ruínas ainda não havia sido atingido, exceto aquelas nas margens da rua 15 de Agosto. A ocupação no Morro do Santana já estava consolidada,** restando apenas uns poucos vestígios do conjunto de ruínas que antes existia no local. **O bairro Piedade também já estava implantado.** Nesta época **os problemas** relacionados a estabilidade de encostas na Serra de Ouro Preto já eram conhecidos e objeto de alguns estudos (Carvalho: 1982; Sobreira: 1990).

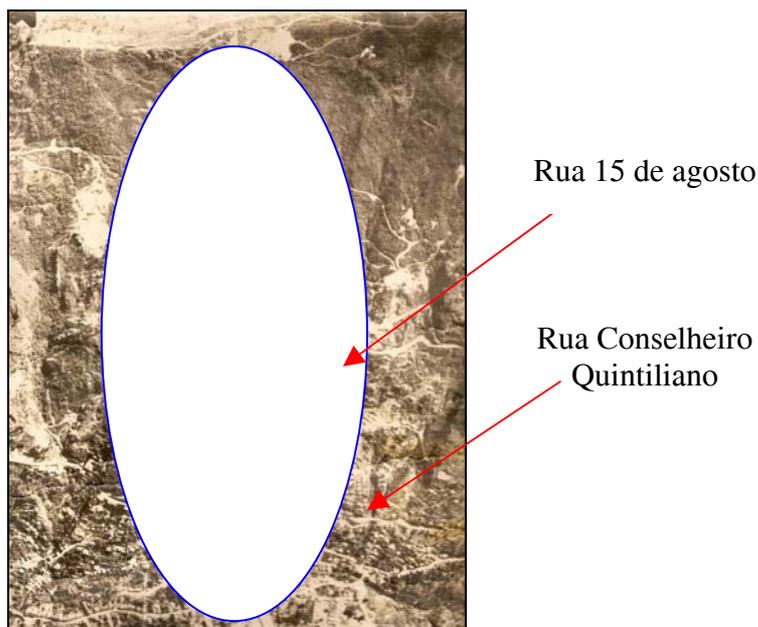


FIG.2. Morro da Queimada – 1950.
Fonte: Projeto de Implantação do Parque Arqueológico Morro da Queimada.

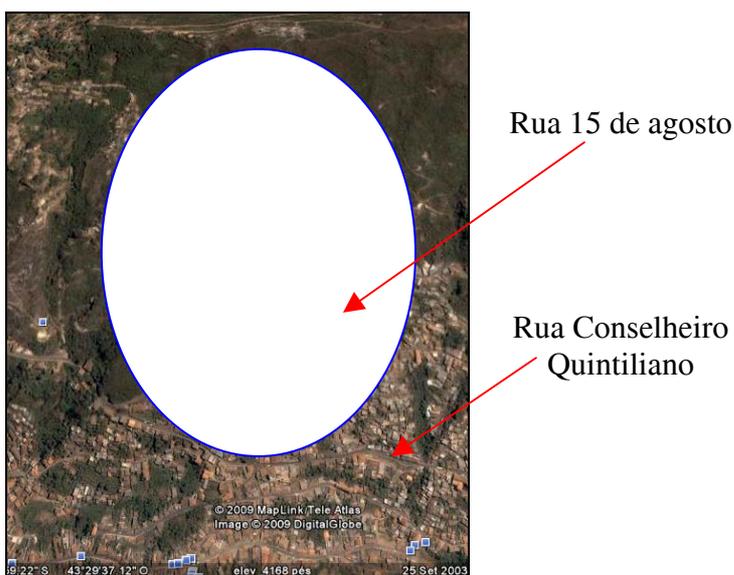


FIG.3. Região do Morro da Queimada – 2009
Fonte: Projeto de Implantação do Parque Arqueológico Morro da Queimada.

Delimitando o Morro da Queimada em 25 ha, situados acima da Rua 15 de Agosto, incluindo as cercanias, os dois geólogos projetaram um diagnóstico da evolução do processo de ocupação da área, tomando como base as fotografias aéreas anteriormente citadas, ortofotos, bases cartográficas diversas e um levantamento topográfico de

1997.¹¹ Segundo os dados da Quadro 5, **68,2% dos 25 ha** delimitados foram ocupados entre 1986 e 1997, portanto, num intervalo de apenas 11 anos.

Quadro 5 – Valores medidos e taxas calculadas a partir da análise de fotografias aéreas.

Período de Observação	Área Total Ocupada (ha)	Porcentual de Ocupação	Intervalo (anos)	Taxa Anual por Período	Taxa Anual Total
1950-69	1,08	4,3%	19	0,22%	0,22%
1969-86	6,57	26,3%	17	1,33%	0,7%
1986-97	17,5	68,2%	11	3,8%	1,45%
Totais	25 ha		47	-	-

Fonte: Fonseca, M. A. & Sobreira, F. G. (1999) - Antigas Minas de Ouro Preto: Impactos Físicos e Sócio-Culturais Relatório Parcial de Pesquisa UFOP/FAPEMIG, Departamento de Geologia. 14p.

O impacto desse intenso crescimento expôs a importância de um planejamento urbano e a fragilidade do pensamento pontual que guiou as políticas de preservação do patrimônio cultural implementadas até então. Tornou-se necessário pensar mais abrangente. Na década de 1960, a aproximação entre o Governo Brasileiro e a Unesco levou à realização de uma missão chefiada por Michel Parent, inspetor geral dos monumentos da França, que redigiu um documento básico, *Protection et mise en valeur du patrimoine culturelle brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*, onde “indica a necessidade de elaboração de planos capazes de assegurar a integridade do patrimônio, tendo-se em vista as suas excepcionais possibilidades para o desenvolvimento de atividades turísticas”. No final dos anos 60, o arquiteto português Vianna de Lima, também enviado pela UNESCO, elaborou, juntamente com técnicos do Patrimônio, “estudos para a tutela, recuperação e valorização de Ouro Preto. O relatório final, intitulado *Rénovation et mise en valeur d’Ouro Preto*, publicado em 1970, constitui uma espécie de estudo preliminar de plano diretor para a cidade e seu território (Meniconi: 2000).”

Entre 1973 e 1975, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), criado em 1971, e as prefeituras de Ouro Preto e Mariana divulgaram um *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*, que, além de

¹¹ O perímetro do sítio arqueológico do Morro da Queimada delimitado em 2008 no projeto de Implantação do Parque Arqueológico Morro da Queimada é de 124,88 ha.

apresentar uma lista de bens edificados a serem restaurados, trazia proposições relacionadas à zona de expansão das sedes desses municípios, ao sistema viário, infraestrutura (água, esgoto, rede elétrica), uso do solo, delimitação da “área histórica”, áreas a remanejar, mudança do setor administrativo, e criação de setor recreacional e de artesanato (Fundação João Pinheiro: 1975). Plano que também ficou estacionado no mundo das idéias. Como não tivemos contato com os textos de Michel Parent e Vianna de Lima, inferimos **o lugar dos morros da serra nesses planos de preservação** a partir do projeto divulgado em 1975 (Fundação João Pinheiro: p. 47-48):

Esses bairros (como o Morro da Queimada, Morro do Cruzeiro, São Sebastião, São José e parte do Veloso) se localizam nas **encostas dos morros voltados para o conjunto da Área Histórica**, e, assim, **interferem no contexto paisagístico de forma indesejável**. Propõe-se a **estabilização destas áreas, pois seu crescente adensamento e expansão representam constante ameaça à descaracterização do ‘Monumento Urbano’ de Ouro Preto** (grifo nosso) (Fundação João Pinheiro: 1975, p.47-48).

Portanto, os morros da Serra, como o Morro da Queimada, não eram classificados como “Área Histórica” e a sua ocupação era “indesejável” na medida em que interferiam na contemplação da paisagem da região central. Pensamento que ratifica: 1) o lento processo de incorporação dos sítios arqueológicos e da própria atividade arqueológica no escopo das medidas de preservação do patrimônio cultural no Brasil; 2) a prioridade das ações em torno do patrimônio edificado. Em nosso país, os sítios arqueológicos passaram a contar com uma legislação específica somente a partir de 1961, através da Lei Federal nº3.924, de 26 de julho. Em 1979, a Lei Federal nº 6.766 delegou aos Estados a obrigação de “disciplinar a aprovação pelos Municípios de loteamentos e desmembramentos” quando em áreas de interesse especial, como as de “proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico”. Em 1985, a Lei Federal nº 7.347 passou a disciplinar a “ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos “bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”. Em 1988, a Portaria do IPHAN nº07, de 1988, regulamentou “os pedidos de permissão e autorização e a comunicação prévia quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas no País”, revista pela Portaria nº230, de 2002.

Indiferente aos planos de conservação e aos instrumentos legais criados para a preservação do patrimônio cultural, a sede de Ouro Preto permaneceu crescendo nas décadas de 1980 e 1990, alastrando-se nas partes baixas e nas encostas dos morros.

Segundo o Sr. Vicente da Feira, que mudou do município de Piranga para o Morro da Queimada em 1963:

Ali da curva pra cima **não tinha nada, só mexerica, assa-peixe e candeia**. Isso era fechado de mata. Só tinha um caminho bobo de passar para o Morro São Sebastião, um caminho de burro. Aí fui levando, comecei a trabalhar na prefeitura. Agora já me aposentei. (...) **Aqui não tinha casa, não tinha estrada, nem passava carro**, só dois caminhões que puxavam Bauxita lá da serra da brisa na virada do Antônio Pereira. Era só o que tinha aqui. Ninguém tinha uma bicicleta. Não tinha nada.¹²

Diante desse preocupante cenário, a UNESCO, que desde a década de 1960 já patrocinava estudos sobre a sede de Ouro Preto (Michel Parenti e Viana de Lima), analisou e aprovou o pedido do governo brasileiro de elevação da cidade a condição de Patrimônio Cultural da Humanidade em 1980:

Os velhos valores, já presentes quando da declaração da cidade como monumento nacional, são agora confirmados a nível internacional: nos termos da “Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial”, realizada pela UNESCO em Paris, em 1972, Ouro Preto constitui tanto um “exemplo excepcional de um tipo de estrutura que ilustra uma etapa significativa da história”, quanto “um exemplo excepcional de assentamento humano tradicional (Meniconi: 2000)”.

Esse título de peso internacional estimulou novos debates sobre a preservação de Ouro Preto. Na década de 1980 criou-se “um Escritório Técnico do SPHAN em Ouro Preto, composto por arquitetos, engenheiros e por uma equipe de obras para trabalhos urgentes;” recuperou-se parte do patrimônio edificado, incluindo a Capela de Nossa Senhora da Piedade, passando das “intervenções esporádicas dos anos precedentes a um plano orgânico”; definiu-se o perímetro de tombamento da cidade de Ouro Preto e a sua inscrição no Livro de Tombo; e foram instaladas três unidades estaduais de conservação ambiental (Parque Estadual de Itacolomi, a Estação Ecológica do Tripui e a Área de Proteção Ambiental da Cachoeira das Andorinhas) (Meniconi:2000).

No início da década de 1990 foi promulgada a Lei Orgânica do Município, com a definição de sua estrutura e a criação de Conselhos Municipais; organizou-se o GAT (Grupo de Assessoramento Técnico), congregando a PMOP (Prefeitura Municipal de Ouro Preto), o IPHAN, o IEPHA, a UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) e o IEF (Instituto Estadual de Florestas); e, em 1996, foi aprovado o Plano Diretor (Meniconi: 2000). Enquanto no *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*, produzido em 1975, os morros da Serra de Ouro Preto eram

percebidos fora da “Área Histórica”, no texto do Plano Diretor de 1996 o Morro da Queimada foi classificado como **Zona de Proteção 2**, onde são listadas as “áreas de interesse paisagístico, ambiental, arqueológico, histórico e de proteção de mananciais de abastecimento de água.” Além dessa classificação, os parágrafos 2º e 3º destinaram a área do morro para a criação do **Parque Arqueológico Morro da Queimada**, onde seriam admitidas “apenas as atividades de pesquisa, lazer, educação ambiental e turismo, compatíveis com a sua função de Parque Arqueológico, ficando vedada a exploração mineral e usos não condizentes com a destinação da área, bem como qualquer tipo de parcelamento do solo (Plano Diretor: 1996).”

No entanto, mesmo com o Plano Diretor, a ocupação nos morros da Serra de Ouro Preto permaneceu ativa, contribuindo para o agravamento de dois problemas já recorrentes nessa época: o primeiro relacionado ao risco geológico e à instabilidade das encostas, devido ao tipo de solo e à presença de antigas minas, lembrados, sobretudo, nos períodos das chuvas; o segundo, referente à degradação da região da Cachoeira das Andorinhas e das antigas evidências de mineração e moradia nos morros. Quanto ao risco geológico, Frederico Sobreira e Marco Fonseca (2001), informam que nessa serra as

(...) **condições geológicas e geomorfológicas** são fatores predisponentes à ocorrência de movimentos de massa e processos erosivos (Sobreira, 1991). As **condições climáticas**, com períodos de chuvas intensas e prolongadas, complementam o quadro de predisposição ao desenvolvimento de processos geodinâmicos de caráter superficial, principalmente escorregamentos, erosão e movimentação de materiais rochosos, que se manifestam durante a estação chuvosa (grifo nosso). (...) A partir dos anos 60, o processo de expansão da cidade se deu de maneira desordenada, sem respeitar as imposições inerentes às qualidades dos terrenos. **Antigos núcleos periféricos, muitas vezes em locais de lavra, foram se adensando, formando uma urbanização caótica** e criando bairros em total desarmonia com o conjunto arquitetônico da cidade. A partir deste período **começam a ser registradas ocorrências de acidentes envolvendo movimentos de massa (escorregamentos e erosões)**, principalmente nos períodos chuvosos (grifo nosso).

Em relação à depredação das ruínas, tornaram-se comuns dois tipos de intervenção: “Por um lado as ruínas foram desmontadas para aproveitamento das pedras como material de construção, e, por outro lado, as mesmas foram utilizadas como alicerces, sobre os quais moradias recentes foram construídas (Guimarães et alli: 2004, p.5).

¹² Vicente de Paula da Silva. Entrevista realizada em 20 de junho de 2007, pela equipe do projeto de extensão “Ecomuseu da Serra de Ouro Preto”, da Universidade Federal de Ouro Preto. Agradecemos à Professora Yara Mattos, que coordena o Ecomuseu por ter cedido esse material.



FIG.4. Morro da Queimada. s/d.

Fonte: Projeto de Implantação do Parque Arqueológico Morro da Queimada

Em 1993, o engenheiro sanitário Paulo de Melo Freitas Júnior entregou à prefeitura um trabalho visando a recuperação e conservação da APA da Cachoeira das Andorinhas e do Morro da Queimada, e listou os problemas nessa área: a ausência de estudos, diretrizes claras e fiscalização da ocupação e uso do solo; o ateamto indiscriminado de fogo; o funcionamento de pedreiras; a lavagem de caminhões e carros na cachoeira; o interesse mineral na área; a exploração de madeira; e a regulamentação das áreas agricultadas na Bacia. Interligando a Cachoeira das Andorinhas e o Morro da Queimada, esse estudo previa, entre outros, a delimitação física da APA, a construção de aceiros, o tombamento de remanescentes florestais, a implantação de programas de reconstituição florística e animal e a formação e manutenção de estrutura física e de pessoal para a fiscalização e educação ambiental (Freitas Júnior: 1993, p.11). No entanto, o projeto foi engavetado.

Conforme a professora de História e artesã Ângela Maria Leite Xavier, a ausência de preocupação e fiscalização nessa área estimulou à reativação da AMA (Associação dos Amigos do meio Ambiente de Ouro Preto) em 1998.¹³ O jornal Porta-Voz, publicado em Ouro Preto em julho de 2000, abriu espaço para as denúncias dessa ONG. Conforme a matéria:

Os lotes (no Morro da Queimada) são adquiridos por pessoas de baixa renda, que muitas vezes usam as pedras históricas de delimitação das datas (antigos lotes) para construir seus barracos. Má fé daqueles que cercam e vendem, desinformação e necessidade daqueles que compram (2000, p.4).

¹³ Ângela Maria Leite Xavier. Entrevista realizada em Ouro Preto, em 09/01/2009.

Ainda, conforme a reportagem:

A intenção (da ONG) é criar um parque arqueológico que englobaria não só a área das minas, mas também a região próxima que abriga as nascentes mais altas do rio das Velhas. A professora de História (Ângela Xavier) enfatiza que não existe a intenção de tirar os moradores que já construíram no local, sem oferecê-los garantias. “As pessoas que aqui moram não têm culpa, elas não têm alternativa de moradia,” salienta Ângela. “Com a criação do parque pode-se gerar renda aos próprios moradores com o dinheiro de turismo (2000, p.4).”

Em agosto de 2000, a AMA e a reitoria da Universidade Federal de Ouro Preto, através da Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto, entraram com uma Ação Cautelar responsabilizando a Prefeitura Municipal, o IPHAN e o Estado de Minas Gerais pela inexistência de providências concretas sobre a preservação do Morro da Queimada e da APA da Cachoeira das Andorinhas. Em meio à justificativa do processo, os proponentes informam que:

O sítio (do Morro da Queimada) estende-se por imóveis de propriedade, ao que se pôde até o momento levantar, da **Fundação GORCEIX, do Sr. Toledo, proprietário também de conhecido Antiquário desta cidade, do Mosteiro Zen-Budista e da Igreja Católica (“terra santa”)**, outra parte sendo terra devoluta. O sítio sofre atualmente agressões capazes de destruir-lhe completamente as feições originais, uma vez que vem sendo invadido por particulares que não mostram qualquer deferência para com seu inestimável valor histórico. **Fazem-no ao arrepio da lei, mas contam com o silêncio confortador das autoridades competentes.** (...) As invasões e depredações apontadas correm principalmente na parte de terra devoluta presente no local; como tivemos a oportunidade de auferir, **as propriedades particulares vem sendo protegidas pelos respectivos donos, através da vigilância constante e pelo menos legais para tanto disponíveis** (grifo nosso). A Fundação GORCEIX mantém funcionário encarregado de vigiar as ruínas situadas no terreno de sua propriedade.

Em resposta à Ação Cautelar, os representantes do IPHAN e Estado de Minas Gerais contra-argumentaram:

O IPHAN diz não ter negligenciado na preservação da área porque as terras são do município. O órgão passou a pedir também a desocupação e cercamento das ruínas e requereu para si a tutela das terras. O Estado alega não poder colocar o policiamento ostensivo porque teria que **deslocar policiais de outras áreas para o Morro da Queimada** e justifica dizendo que além da proteção ao patrimônio histórico existe a obrigação para com a segurança pública (grifo nosso) (Jornal Comunidade, *Moradores do Morro da Queimada podem ir para a rua*, Ouro Preto, de 29 de maio a 25 de julho de 2001, p.10).

O texto acusa, ainda, a gestão municipal desse período por querer atravessar nesse espaço uma estrada, que ligaria os morros de Santana e São Sebastião. Um membro do Legislativo, Geraldo Afonso de Oliveira, também foi “citado por vários moradores como um dos responsáveis pelo cercamento e venda de lotes na área das minas do Morro da Queimada”, conforme o jornal Porta-Voz publicado em julho de 2000. Enfim, as diretrizes do Plano Diretor para essa área não estavam sendo cumpridas e

representantes dos poderes Executivo e Legislativo eram acusados de envolvimento com as ações de descaracterização. A liminar foi negada pela juíza Dra. Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque silva, o processo foi encaminhado para o Ministério Público, mas, segundo Ângela Xavier, a Ação Cautelar não avançou, ficou arquivada.

Para o diretor da 13ª Sub-Regional do Iphan, Benedito Tadeu de Oliveira, que assumiu a gestão em Ouro Preto em 2002:

A **reversão do processo de deterioração** física de Ouro Preto, que deve ser acompanhada também pelo soerguimento do Iphan, por envolver parte inestimável da memória nacional, deveria ser tratada como **assunto estratégico de Estado**. Sua realização requer **ação conjunta** entre estatais, empresas e bancos públicos e os ministérios da Cidade, do Turismo, do Meio Ambiente e da Cultura do governo Lula, que tem como **palavra-chave** a mudança (Disponível em <http://www.arcoweb.com.br/debate/debate52.asp>. Acesso em 09/11/2007).

Em 27/09/2001 ocorreu uma audiência pública na Câmara Municipal de Ouro Preto sobre o tema “Um Projeto para a Cachoeira das Andorinhas e as Ruínas do Morro da Queimada. Conforme Ângela Xavier, a partir de 2001 as invasões cessaram, estabilizando a situação nessa área, contudo, nenhum projeto concreto foi apresentado até 2005. Em abril de 2003, a missão de técnicos do Centro de Patrimônio Mundial que a Unesco enviou a Ouro Preto identificou a preservação do sítio arqueológico do Morro da Queimada como uma das medidas necessárias para deter a alarmante deterioração do patrimônio cultural e ambiental da cidade. Após essa recomendação da Unesco, o Comitê Consultor de Ouro Preto, coordenado pelo Iphan, constituiu os seguintes grupos de trabalho: projeto institucional, pesquisa histórica, regularização fundiária, habitação, implantação física e relação com a comunidade. Segundo Benedito Oliveira:

A implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada traria um grande impacto positivo em Ouro Preto, dando origem a diversas ações de valorização do patrimônio cultural e ambiental da cidade, dentre as quais destacam-se: ampliação das pesquisas históricas por meio da criação de programas de escavações arqueológicas, possibilitando um conhecimento mais amplo sobre a cultura material e a história da mineração da época; proteção e ordenamento das ruínas das primeiras edificações de Ouro Preto; criação na casa nº 627 da rua Conselheiro Quintiliano de um museu arqueológico das cidades surgidas durante o ciclo do ouro; preservação da memória de Felipe dos Santos e ampliação dos conhecimentos históricos do século XVIII; criação de uma opção diferenciada de turismo fora do circuito tradicional, contribuindo para uma permanência maior dos visitantes na cidade; proteção de parte significativa da moldura paisagística do conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto; melhoria da qualidade de vida e inclusão social das comunidades vizinhas, por meio da geração de emprego e renda, bem como da sustentabilidade econômica do empreendimento; início da consolidação do Parque Municipal e da APA Cachoeira das Andorinhas, preservando e recuperando os diversos recursos naturais existentes (Disponível em http://www.ideiad.com.br/site_morro/pdf/portal.doc.pdf. Acesso em 03/01/2009).

Em dezembro de 2005, foi aprovado, através da Lei Rouanet, o **Projeto de Implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada** (processo nº 0140.013659/05-54, salic nº 05 7586), coordenado pelo Museu de Arte Sacra do Pilar do Carmo/Paróquia do Pilar e pelo IPHAN.¹⁴ Entre as primeiras ações foram indenizadas e removidas as famílias que habitavam o perímetro destinado à constituição do parque arqueológico. Em agosto de 2006, a empregada doméstica Alessandra Patrícia dos Santos, 32 anos, que morava com os quatro filhos em uma casa construída dentro de uma das ruínas do Morro da Queimada informou:

Vamos ter uma boa moradia, digna, com água, luz e rede de esgoto, coisas que não tínhamos antes, contou. Para Alessandra, a transformação da área que abriga as ruínas do Morro da Queimada em um parque é mais um motivo para comemorar a conquista da casa própria. “O parque será importantes para os moradores dessa região. Empregos serão gerados e nossos filhos terão a oportunidade de viver coisas boas que nós não vivemos em nossa infância, explica. (Disponível em: http://www.cmop.mg.gov.br/projeto/index.php?option=com_content&task=view&id=25&Itemid=2. Acesso em 03/01/2009).

Juliano Ferreira, morador do Morro da Queimada, historiador e ativo militante na causa da preservação do sítio arqueológico, parece expressar bem as expectativas de parte da população dessa área:

Existem **dois argumentos que tornam importante o parque. Um é de natureza histórica, baseado na preservação da memória. O outro, é um argumento prático, que visa a geração de recursos econômicos** (grifo nosso) (Jornal O Inconfidente, *Parque das Andorinhas e Ruínas do Morro da Queimada será tema de audiência, amanhã*, Ouro Preto, fevereiro de 2005).

Essa fala exemplifica uma das possibilidades da comunidade do entorno do Morro da Queimada produzir novas leituras sobre esse sítio arqueológico, mesmo que seja a partir do caminho nem sempre fácil, mas nem por isso interditado, entre a constituição do espaço e dos discursos de memória e a sua capacidade de gerar recursos para os habitantes próximos. A principal via, sem dúvida, será da competência dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada em desconstruir a antiga imagem de local abandonado à sua própria sorte para transformar o parque arqueológico em realidade.

¹⁴ O diretor da 13ª Sub-Regional do Iphan, Benedito Tadeu de Oliveira geriu o escritório de Ouro Preto de 2002 a 2009.

Considerações Finais

Esse estudo demonstra que o sítio arqueológico Morro da Queimada iniciou o século XX como permaneceu durante boa parte do XIX, apresentando baixo povoamento, devido ao arrefecimento das lavras e da vida urbana. Situação revertida a partir da década de 1960, quando inicia-se um processo desordenado de ocupação na Serra de Ouro Preto e a depredação das antigas estruturas de mineração e moradia.

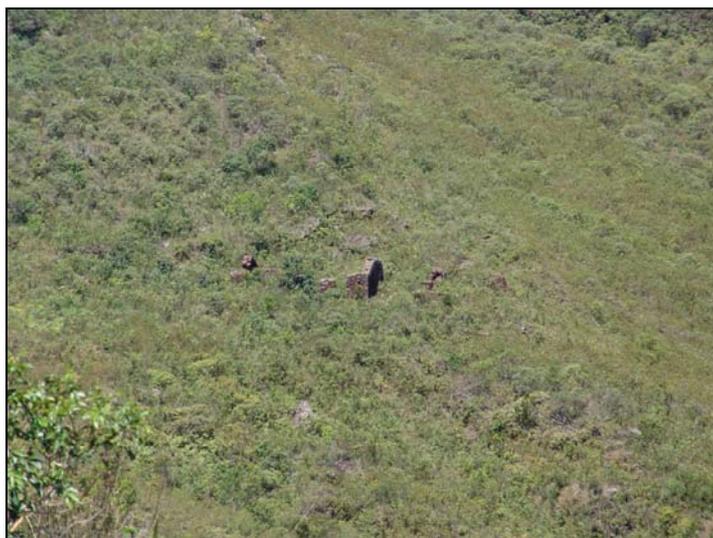


FIG.5. Morro da Queimada – aspecto das ruínas. s/d.
Autor: Juliano Ferreira.

Apesar de pertencer ao perímetro de tombamento da sede de Ouro Preto delimitado em 1933, esse sítio não teve visibilidade dentro dos planos de preservação e conservação desenvolvidos até o início da década de 1990. Até então, as ações realizadas na região próxima ao Morro da Queimada privilegiaram necessidades pontuais de restauração e reforma de determinados bens edificados, como as capelas. Em 1996, a partir da aprovação do Plano Diretor, tornaram-se mais bem definidas as diretrizes de ocupação dessa região, buscando coibir a depredação das ruínas, bem como a degradação da APA Cachoeira das Andorinhas, o adensamento urbano e os riscos de deslizamento e erosão nos morros da serra. No entanto, as novas regras de uso e ocupação do solo não foram suficientes para preservar as ruínas do Morro da Queimada, novas invasões seguiram-se até o início do século XXI, quando alguns grupos da sociedade civil passaram a mobilizar-se em defesa desse patrimônio. Ações que culminaram com a produção, aprovação e o atual desenvolvimento do Projeto de Implantação do Parque Arqueológico Morro da Queimada.

De espaço abandonado, composto por terras devolutas, o Morro da Queimada passou a ser visto como o último núcleo dos antigos vestígios de mineração e moradia em bom estado na Serra de Ouro Preto, alçando-o à condição de um espaço de memória. Resta concretizar essa importância.

Referências bibliográficas

1. Fontes primárias.

1.1. Fonte Iconográfica.

1.1.1. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

APMOP Relação de Plantas, nº001: plantas das lavras do Tassara e Arredores, 07/06/1913, Engenheiros Francisco A. Lopes e Alcindo da Silva Vieira Gil Guatimosin.

APMOP Relação de Plantas, nº002: cópia da planta das lavras do Tassara e adjacentes na antiga Vila Rica de 1900, medição e cópia do original realizada por Joaquim José Guimarães Pinto, em 1912.

APMOP Relação de Plantas, nº003: planta de água, esgoto e luz – Ouro Preto, 26/06/1903, Engenheiro Clodomiro de Oliveira.

APMOP Relação de Plantas, nº006: planta-esboço de uma parte da cidade de Ouro Preto, 20/05/1913, Agrimensor Joaquim José Guimarães Pinto.

APMOP Relação de Plantas, nº007: plantas das lavras “Tassaras” e arredores, 27/08/1903, Engenheiro Clodomiro de Oliveira e Francisco Mariano Ribeiro.

APMOP Relação de Plantas, nº010, pasta 06, caixa 09, estante 26, sala 1, folhas 07, 08 e 09: levantamento aerofotogramétrico e Projeto Áreas de Preservação na cidade de Ouro Preto, 1982.

APMOP Relação de Plantas, nº013: planta da sesmaria e cidade de Ouro Preto, 1898, autor(es) não identificado(s).

1.1.2. IFAC / UFOP - Acervo fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória.

1.1.2.1. Acervo 002 - Miscelânea. Ouro Preto, s/d, Fundo Diversos.

1.1.2.2. Acervo 003 - FONTANA, Luiz. Ouro Preto, [décadas de 1920 e 1950], Fundo José Góes.

1.1.2.3. Acervo 004 - MENEZES, Ivo Porto de. Ouro Preto, s/d, Fundo Ivo Porto de Menezes.

1.1.2.4. Acervo 005 - LIBENEAU, Guilherme. Ouro Preto, [1881], Fundo Biblioteca Nacional.

1.1.3. Acervo fotográfico particular de Juliano Ferreira.

1.2. Fonte manuscrita.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Edital sobre terrenos foreiros. Códice 0965. Livro de Registros e Portarias 1892-1893.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Processo de aforamento do General Joaquim da Costa Mattos, Série Avulsos, DA, 1897.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Memoria e planta sobre as lavras auríferas das “Tassaras e arredores”, Clodomiro de Oliveira & Francisco Mariano Ribeiro, 1903, 40p.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Livro de lançamentos dos Impostos Territorial e Predial (1942-1965).

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Livro de lançamentos de Impostos Territorial e Predial (1943-1965).

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Boletim de Cadastro Imobiliário da sede de Ouro Preto. 1982.

Arquivo Público Mineiro, Coleção Casa dos Contos: Lançamentos do Quinto (1718 a 1723), microfilme 4 / fotograma 509 (folhas 1 a 128) e microfilme 5 / fotograma 001 (folhas 129/216).

APM Coleção Casa dos Contos. Datas de terras e águas minerais, Guardamoria e cartório de ofício, Comarcas de Vila Rica e Sabará, 1719-1735, rolo 2015, fotogramas 308/583.

BLAKSLEY, J. F. Relatório do planalto do cruzeiro de Ouro Preto. Ouro Preto: s.n., 1893. (Manuscrito. Mimeo.)

1.3. Fonte impressa.

1.3.1. Revista do Arquivo Público Mineiro.

Atas da Câmara Municipal de Vila Rica (1711-1721). Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXV, v.2, 1937, p.1-166.

Termo de ereção de Vila Rica. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano II, jan./março, 1897, p.84.

Bando fixando os limites entre as Comarcas de Vila Rica, Sabará, Rio das Mortes e Serro Frio pela parte do Rio Doce. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.VII, 1902, p.411-413.

Cartas de Sesmaria (1710-1713). Revista do Arquivo Público Mineiro, v.III, 1898, p.23-85.

Cartas de Sesmaria. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.IV, 1899, p.155-214.

Cartas régias sobre o procedimento que se há de ter com os povos que se sublevaram e outros assuntos. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.VI, 1901, p.213-217.

CARVALHO, Feu de. Reminiscências de Vila Rica. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XIX.

COELHO, J. J. Teixeira. Instrução para o governo na Capitania de Minas Gerais (1780). Revista do Arquivo Público Mineiro, ano VIII, 1903.

Correspondência do Conde de Assumar depois da Revolta de 1720. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.VI, 1901, p.203-211.

Fontes Históricas do Imposto de Capitação. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XIII.

LEME, Antônio Pires da Silva Pontes. Memórias sobre a extração de ouro na Capitania de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano I, 1896.

LIMA, Augusto de. Um município do ouro – memória histórica. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.VI, 1901.

LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da capital. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano X, 1905.

Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano II, p.511.

PONTES, Manuel José Pires da Silva. Manual do Guarda-Mor. Revista do Arquivo Público Mineiro, ANO VII, 1902.

Regimento Mineral de 1702. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano I, nº12.

PINTO, Luís Maria da Silva. Relação das Cidades, Vilas e Povoações da Província de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano II, 1897.

PINTO, Moreira. Ouro Preto. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XI, 1906.

PIRES, Antônio Olinto dos Santos. A Mineração, riquezas minerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano VIII, 1903.

População da Província de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano IV, p.294.

Registros de diversas cartas-patentes concedidas por D. Braz Baltasar da Silveira. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.III, 1898.

SANTOS, Afonso dos. Natureza jurídica dos quintos. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXVI, 1938.

Sobre o levantamento de Vila Rica (1720) e o alvará confirmando o perdão (1721). Revista do Arquivo Público Mineiro, v.V, 1900.

VASCONCELLOS, Diogo de. Linhas gerais da administração colonial – seu exercício – Capitães-Mores, Donatários, Governadores, Capitães-Generais, Vice-Rei, Capitães-Mores de Vilas e Cidades. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. XIX, 1921.

1.3.2. Outros periódicos.

ROCHA, Domingos Fleury. A indústria mineral e a Escola de Minas. Annaes da Escola de Minas, nº26, 1935, p.113.

GORCEIX, Henri. Estudos geológicos e mineralógicos sobre algumas localidades da província de Minas Gerais, Revista Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, volume III, 1878, p.9-10.

JÚNIOR, Leandro Dupré. Estudo geológico e mineralógico da região E. De Ouro Preto, compreendida entre aquella cidade, a povoação do Taquaral e o rio do Carmo. Revista Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, volume III, 1878, p.11-16.

Revista Industrial de Minas Gerais. A Lei sobre Mineração. Ouro Preto, ano IV, 30 de março de 1897, p.38-40.

Ruínas do Morro da Queimada: Ouro Preto pode perder seu patrimônio mais antigo. *Jornal Porta-Voz*, Ouro Preto, julho de 2000, p.4.

Moradores do Morro da Queimada podem ir para a rua. *Jornal Comunidade*, Ouro Preto, de 29 de maio a 25 de julho de 2001, p.10.

Parque das Andorinhas e Ruínas do Morro da Queimada será tema de audiência, amanhã. *Jornal O Inconfidente*, Ouro Preto, fevereiro de 2005.

1.4. Fonte jurídica.

Ação Cautelar inominada antecedente de ação civil pública para tutela do patrimônio histórico nacional com pedido de liminar inaudita altera pars. Nuno Santos Coelho, Procurador Jurídico da FEOP. 24/08/2000.

1.3.3. Relatos, memórias e estatística.

Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto, 2º volume, 1941.

Anuário Estatístico, anno I, 1921, v.2, Serviço de Estatística Geral, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925, p.776-779.

ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). Pelas minas de ouro. In: *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967. p.255-304.

BANDEIRA, Manuel. Guia de Ouro Preto. *Revista do SPHAN*, nº2, 1938.

BUNBURY, Charles James F. Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais: 1833-1835. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

BURMEISTER, Hermann. Mariana, o Itacolomi, Ouro Preto. In: *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auríferos-diamantíferos*. Trad. Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1980. p.212-235.

BURTON, Richard. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. Trad. David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1976.

CASTELNAU, Francis. Expedição às regiões centrais da América do Sul. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1949.

Código Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Coordenação de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, 2v. (Coleção Mineiriana).

COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo na Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania de Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

COURCY, Visconde Ernest de. Seis semanas nas minas de ouro do Brasil. Trad. Júlio C. Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

Diário da Jornada que fez o Sr. D. Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo e desta até às Minas, ano 1717. Revista do SPHAN, nº3.

D'ORBIGNY, Alcide. Minas Gerais. In: Viagem pitoresca através do Brasil. Trad. David Jardim. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976. p.143-165.

Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro, 1994. 193p.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Jurandyr Pires Ferreira (org.). Rio de Janeiro: I.B.G.E., 1959. p.225-238.

LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Trad. Milton da S. Rodrigues e Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil. Trad. Selena Benevides Viana. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

OLIVEIRA, Ronald Polito de e LIMA, José Arnaldo Coêlho de Aguiar (orgs.). Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p.359 e 367.

POHL, Johann Emanuel. Viagem no interior do Brasil. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

RUGENDAS, Johann M. O Brasil de Rugendas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SCHÜCH, Roch. Memória sobre algumas experiências e empenhos mineralógicos e metalúrgicos. Rio de Janeiro: Imprensa da Tipografia de Laemmert, 1840. 53p.

SPIX, Johann & MARTIUS, Friedrich. Viagem pelo Brasil – 1817-1820. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, v.1, 1976.

SUZANNET, Conde de. (L. de Chavagnes). O Brasil em 1845. Trad. Márcia de Moura Castro. Rio de Janeiro: Ed. Casa do Estudante do Brasil. 1957.

TAUNAY, Afonso de E (org.). Relatos sertanistas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

1.3.3. Cartografia.

COSTA, Antônio Eduardo; RENNERT, Friedrich Ewalde; FURTADO, Júnia Ferreira; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. Atlas em Portifólio, 31 mapas em 29 folhas, escala não determinada.

1.5. Fontes secundárias.

AIRES-BARROS, Luís. As rochas dos monumentos portugueses: tipologias e patologias. Lisboa: IPPAR, v.2, 2001.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1998.

_____. Entre Cila e Caribde: as desventuras tributárias dos vassalos de Sua Majestade. In: Revista Varia História, Belo Horizonte, n.º1, 1985.

ANDRADE, Francisco Eduardo. A conversão do sertão: capelas e governamentalidade nas Minas Gerais. Revista Vária História, Belo Horizonte, v.23, nº37, p.151-166, 2007.

ÁVILA, Affonso. Resíduos seiscentistas em Minas. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1984. p.61-86.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995.

_____. Dos caminhos pré-históricos às rodovias asfaltadas. In: História de Minas Gerais. 1979. p.469-495.

BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. Revista do SPHAN, nº11, 1947.

BARROSO, Gustavo. Mobiliário luso-brasileiro. In: Anais do Museu Histórico Nacional, v. I, nº5, 1940.

_____. Classificação geral de móveis antigos. In: Anais do Museu Histórico Nacional, v. IV, 1943.

_____. O mobiliário no Brasil. Revista de Arquitetura, ano IV, nº12, 1951.

BEDIAGA, Begonha (org.) Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891. Petrópolis: Museu Imperial / IPHAN, 1999. 161p.

BENJAMIN, Walter. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Trad. Flávio René Kothe. 1985.

_____. Pequena história da fotografia. Flávio R. Kothe (org.). Editora Ática, s/d. p.218-240.

BOLTSHAUSER, João. Noções de evolução urbana nas Américas. Belo Horizonte: UFMG, 1959.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Dissertação. 1999. Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748). São Paulo: Annablume, Fapesp, 1999.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720. In: 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos da População – ABEP, GT População e História, realizado em Caxambu (MG), outubro de 2000. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1_5.pdf. Acesso em 15/11/2007.

BOXER, Charles R. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Tradução de Nair de Lacerda. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRANNER, John Casper. Resumo da Geologia do Brasil. Geological Society of América, v.30, nº2, junho de 1919. p.85-95.

_____. Bibliography of the geology, mineralogy and paleontology of Brazil. In: Bulletin of the Geological Society of America, 1909, 20v., p.1-132.

BLUTEAU, D. Raphael de. Vocabulário Português e Latino. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BOSCHI, Caio C. Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

BURKE, Peter. História cultural: passado, presente e futuro: In: O mundo como teatro: estudos da antropologia histórica. Lisboa: Difel. 1992. p.15-25.

_____. Hibridismo cultural. Trad. Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2003. 116p.

CMOP (Câmara Municipal de Ouro Preto). Ex-moradores das Ruínas do Morro da Queimada recebem indenização. Disponível em: <http://www.cmop.mg.gov.br>. Acesso em 03/01/2009.

CARRARA, Ângelo A. Ocupação do solo e paisagens rurais. In: Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais - 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. p.149-215.

_____. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. Revista Vária História, Belo Horizonte, v.23, nº38, p.575-596, 2007.

CALÓGERAS, João Pandiá. As Minas do Brasil e sua legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

CARVALHO, Feu de. Pontes e chafarizes de Ouro Preto. Belo Horizonte: Edições Históricas, s/d.

CASAL, Manuel Aires de. Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil [pelo] Pe. Manuel Aires de Casal. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1976. p.163-182.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Comerciantes das Minas Setecentistas: a diversidade de atuação no mercado colonial. Belo Horizonte: Caderno de Filosofia e Ciências Humanas, nº10, abril/1998, p. 135-143.

_____. Perfeitos negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas. 1995. Dissertação – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

CHOAY, Françoise. O Urbanismo: utopias e realidades - uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1992.

- _____. O Reino do urbano e a morte da cidade. In: Revista Projeto História, espaço e cultura. São Paulo: PUC. 1999.
- COSTA, Antônio Gilberto (org.). Os caminhos do ouro e a Estrada Real. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa Editorial. 2005.
- _____. Cartografia da conquista do território das Minas. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2004, 245p.
- COSTA, Cláudio Manoel da. Vila Rica. Ouro Preto: Tipografia do Estado de Minas Gerais, 1897.
- COSTA, Iraci Del Nero. Vila Rica: População (1719-1826). 1977. 253p. Tese - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo. 1977.
- COSTA, Joaquim Ribeiro da. Primeiros municípios. In: Toponímia de Minas Gerais com Estudo Histórico da Divisão Territorial Administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. p.15-29.
- COSTA, Lúcio. Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro. Revista do SPHAN, nº4.
- COSTA E SILVA, Alberto da. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.
- COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Um Episódio da História Pátria (1720)*. In: Revista do Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brasil, Tomo XXV, Rio de Janeiro, 1862, p.515-564.
- CROSSI, Ramon Fernandes. A religiosidade nas minas setecentistas. Belo Horizonte: Varia História, n.º 24, janeiro/2001, p. 90-106.
- D'ASSUMPÇÃO, Silvia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas minas. Revista do Departamento de História. Belo Horizonte, nº9, 1989.
- DELSON, Roberta Marx. Novas Vilas para o Brasil-colônia: Planejamento Espacial e Social no século XVIII. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997.
- DENIS, Ferdinand. Brasil. Trad. João Etienne Filho e Malta Lima. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- DIAS, Hércia. O mobiliário dos Inconfidentes. Revista do SPHAN, nº3.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Pluto Brasiliensis. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, v.1 e 2. 1979.
- FABRIS, Annateresa. Fragmentos urbanos: representações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 2000.212p.
- FALCON, Francisco J. C. A cidade colonial: algumas questões a propósito de sua importância político-administrativa (XVII/XVIII). In: Anais do I Colóquio de Estudos Histórico Brasil/Portugal, PUC MG, agosto de 1993.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERRAND, Paul. Explorações antigas. In: O ouro em Minas Gerais. Trad. Júlio Castanõn Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p.91-131.

FIGUEIREDO, Luciano R. de A. Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1997. (Coleção Estudos Históricos).

_____. Narrativas das rebeliões: linguagem política e idéias radicais na América Portuguesa moderna. In: Revista USP/Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. – n.º57 (mar./mai. 2003). São Paulo: USP / CCS, 2003, p. 6-27.

FONSECA, Alexandre Torres. A Revolta de Felipe dos Santos. In: As Minas Setecentistas. Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (org.). Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, v.1, 2007. p.549-566.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos. A concessão de títulos de vila e cidade na capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Varia História, n.º 29, Janeiro, 2003, p. 39-51.

_____. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: Termo de Mariana. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1998.p.27-65.

FONSECA, M. A. & SOBREIRA, F. G. *O escorregamento do barro da Piedade, Ouro Preto, Minas Gerais: Processos de instabilidade em antigas áreas de mineração*. In: 2nd Pan-American Symposium on Landslides, 1997, Rio de Janeiro. Anais... Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica., pp 139-144. 1997.

_____. Antigas Minas de Ouro Preto: Impactos Físicos e Sócio-Culturais Relatório Parcial de Pesquisa UFOP/FAPEMIG, Departamento de Geologia. 1999.

_____. Ação Antrópica e processos em Encostas em Ouro Preto, Brasil; Simpósio Nacional de Controle de Erosão; 2001.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Desenvolvimento da civilização material do Brasil. Revista do SPHAN, nº11, 1945.

FREIRE, Gilberto. Casas de residência no Brasil. Revista do SPHAN, nº7.

FREITAS, Marcos Vinícius. Hartt: expedições pelo Brasil Imperial. Editora Metallivros. 2001, 244p.

FREITAS JÚNIOR, Paulo de Melo. Projeto de criação da Área Municipal de Proteção Ambiental da Cachoeira das Andorinhas e Morro da Queimada. Ouro Preto. 1993.39p.

FURTADO, Júnia Ferreira. Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MARTINS, Alexandre Alvarez de Souza, DAMASCENO, Sueli et alli. Referências: Ouro Preto em Luiz Fontana. Ouro Preto: Editora UFOP. 1996, 48p.

MENEZES, Furtado de. A Ouro Preto. In: Bi-Centenário de Ouro Preto (1711-1911): Memória História. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911, p.207-214.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e narração em W. Benjamin. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999. 114p.

GARCIA, Juliane Martins. Traços hispânicos no processo de latinidade da arquitetura colonial em Minas Gerais. Arquitetura: caderno de produção discente do Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, v.4, dez.2004, p.18-29.

GOMES, Francisco de Assis Magalhães. História da siderurgia Brasileira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia ; São Paulo: EDUSP. 1983.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Algumas perspectivas da historiografia sobre Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: Termo de Mariana: história e documentação. Ouro Preto: Editora da UFOP. 1998. p.13-26.

_____ As técnicas de mineração nas Minas Gerais do século XVIII. In: As Minas Setecentistas. Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (org.). Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, v.2, 2007. p.187-204.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto: notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII. Revista Vária História, Belo Horizonte, nº31, p.120-140, 2004.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Os Cabeças e as cabeças: quilombos, liderança e degola nas minas setecentistas. Belo Horizonte: Varia História, n.º 26, janeiro / 2002, p. 109-131.

_____ et alli. Levantamento Visual do Patrimônio Arqueológico do Morro da Queimada (mimeo). Belo Horizonte: UFMG. 2004, 67p.

HAROUEL, Jean-Louis. História do urbanismo. Campinas: Papirus, 1990.

HESPANHA, António Manuel. Poder e instituições na Europa do Antigo Regime. Coletânea de textos. Lisboa: F. C. Gulbenkian, 1984.

HIRASHIMA, Hayato. 2003. Monografia. Um dia em Cata Branca: subsídios da arqueologia histórica e do geoprocessamento para a elaboração de um modelo sócio-espacial. FAFICH, Belo Horizonte. 2003. 70p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A mineração: antecedentes luso-brasileiros. In: História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, t.1, v. 2, 1985. p.228-258.

_____. Metais e pedras preciosas. In: História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, t.1, v. 2, 1985. p.259-310.

KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. Jogos de interesses e redes clientelares na revolta mineira de Vila Rica (c.1709 - c.1736). 2005. Tese – PPGHIS / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. O perfil econômico da capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, notas de pesquisa – 1711-1720. Disponível em: http://cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A050.pdf. Acesso em 20/02/2008.

LATIF, Miran Monteiro de Barros. As Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1991.

LEINZ, Victor. A geologia e a paleontologia no Brasil. In: Azevedo, F. As ciências no Brasil. Melhoramentos. 1955, s.1, p.243-263.

LEMOS, Carlos. Arquitetura Brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

_____. Cozinhas etc: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo, 1978.

LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. A capitania de Minas Gerais: origem e formação. 3ª ed. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Arte, 1965.

_____. Vila Rica do Ouro Preto: síntese história e descritiva. Belo Horizonte: Gráfica Veloso, 1957.

LOPES, Francisco. História da construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto. Revista do SPHAN, n°8.

LOPES, Myriam B “In the folds of space: four moments of ruins” Em Interrogating traditions, Epistemologies, Fundamentalism, Regeneration and Practices, 20th Conference of the International Association for the Study of Traditional Environments, Berkeley - Cambridge, IASTE, 2008.

LOTT, Mirian Moura. Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica – séculos XVIII e XIX. In: Anais da V Jornada Setecentista, nov/2003, Curitiba.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci Del Nero da. Ocupação, povoamento e dinâmica populacional. In: Minas colonial: economia & sociedade. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982. p.1-30.

MACHADO, Alcântara. Vida e morte do bandeirante. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1980. 247p.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, n°65, p.153-199, 1987.

MANTOVANI, André L. Faça-se a luz: modernidades e demandas sociais na eletrificação da iluminação pública em Ouro Preto, 1880-1920. 2005.75p. Monografia - ICHS/UFOP. 2005.

MARX, Murilo. Arraiais mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos. Revista Barroco, Belo Horizonte, n°15, 1990/1992.

MARTINS, Marcos Lobato. Mineração, Agricultura e Degradação Ambiental em Minas Gerais nos Séculos XVIII e XIX. Revista do LPH, n°4, p.107-119, 1993/1994.

MARTINS, Maria do Carmo S. Revisitando a Província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In: 20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982-2002: coletânea de trabalhos, 1982-2000. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, 2002. p.51-89.

MASSARA et alii. Evolução urbana de Ouro Preto nas primeiras décadas do século XVIII. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, n° 9, 1989. p.141-148.

MATHIAS, Herculano Gomes. Distrito de Antônio Dias. In: Um recenseamento da capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça / Arquivo Nacional, 1969. p.190-208.

MATOS, Maria Izilda S. dos. Cotidiano e cidade. In: Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho. São Paulo: EDUSC, 2002. p.13-43.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Comarca de Ouro Preto. In: Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837). São Paulo: EDUSP, v.1, 1981. p.89-100.

_____. Mapas de Luís Maria da Silva Pinto. In: Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837). São Paulo: EDUSP, v.1, 1981. p.56-64.

MEIRA, Sílvio. Couto de Magalhães e a integração nacional. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.148, nº354, janeiro/março de 1987, p.1-18.

MENESES, J. N. C. Artes fabris e serviços banais. Ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa – 1750-1808. 2003. Tese de doutorado - ICHF/UFF, 2003.

MENEZES, Furtado. A religião em Ouro Preto. In: Bicentenário de Ouro Preto (1711-1911): Memória Histórica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. p.208-214.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto. 1999. Dissertação de Mestrado, Escola de Arquitetura da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MOL, Cláudia C. Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). 2001. Dissertação - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

MOURÃO, Isaura (coord.). Memória Viva. Ouro Preto: Alcan Alumínio do Brasil Ltda. 2000. 125p.

MOURÃO, Paulo Krüger C. As igrejas setecentistas de Minas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda, 1964.

MUMFORD, Lewis. A Cidade na História. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NATAL, Caion Meneguello. Imagens de Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933. In: XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz, 2005, Londrina-PR. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz, 2005.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. O Parque Arqueológico do Morro da Queimada. Disponível em: http://www.ideiad.com.br/site_morro/pdf/portal.doc.pdf . Acesso em 03/01/2009.

_____. É urgente uma ação conjunta para reverter a deteriorização de Ouro Preto. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/debate/debate52.asp>. Acesso em 09/11/2007.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu e M. B. Lopes Projeto do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, Ouro Preto, 2004.

OLIVEIRA, Helenice Afonso. Índice dos Livros de Aforamentos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (1930-1969). 2002.

OLIVEIRA, Myriam A Situação das artes plásticas em Minas no século XIX / Escultura e Pintura. In: *III Seminário sobre a cultura mineira – século XIX*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1982. p.148-160.

OLIVEIRA, Patrícia Porto de. Vila Rica: dados urbanos dos assentos de batismos de escravos adultos – séc. XVIII. In: *II Seminário de História Quantitativa e Serial*, Centro de Pesquisa Histórica da Pontifícia Católica de Minas Gerais, XXXX, Belo Horizonte. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd24/patri.pdf. Acesso em 15/01/2008.

OMEGNA, Nelson. A cidade colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

OZZORI, Manoel (org.). Cidade de Ouro Preto. In: *Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e litterario do Município de Ouro Preto*, anno 1. Ouro Preto: Typographia d'A Ordem, 1890. p.75-97.

PAIVA, Eduardo F. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – século XVI a XIX*. PAIVA, Eduardo F. & ANASTASIA, Carla M. J. (org.). São Paulo: Annablume:PPGH/UFMG, 2002.

PAULA, Floriano Peixoto de. Vilas de Minas Gerais no período colonial. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nºXIX, junho de 1965.

PAULA, João Antônio de. A mineração de ouro em Minas Gerais no século XVIII. In: *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2007, p.279-301.

PENA, Eduardo Spiller. Notas sobre a historiografia da arte do ferro nas Áfricas Central e Ocidental. In: *Anais do XVII Encontro Regional de História – o lugar da História*. Campinas, ANPUH/SP-UNICAMP, 2004, p.13-39.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 132p.

PINTO COELHO, José Efigênio. *Nossa Senhora do Pilar: um culto emboaba*. Ouro Preto: Imprensa Universitária da UFOP. 1991, 104p.

_____. Um trabalho de restauração e pesquisa do Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto: A mudança da capital – 1897-1987. Ouro Preto: Artes Gráficas Tiradentes Ltda. 1987.9p.

PITTA, Sebastião da Rocha. Livro décimo e último. In: *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1976.p.267-293.

NEGROMONTE, Carlos Fabrício X. (coord.) *Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1975, 69p.

Plano Diretor de Ouro Preto. Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 1996.

POLITO, Ronald (org) *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos históricos – Memória. Rio de Janeiro: Vértice, v.2, n.3, 1989, pp.3-16.

PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro:Campus, 1997.p.259-274.

_____. Ritos da vida privada In: História da vida privada no Brasil I: cotidiano e vida privada na América portuguesa, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

RAMOS, Donald. A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726. 1972. Tese de Doutorado. Flórida: The University of Florida, 1972 (mimeo).

RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do espaço urbano colonial. In: VAINFAS (org.) América em tempo de conquista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro das Minas Gerais do século XVIII. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, nº8, jan/1989.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720). São Paulo: EDUSP, 1968.

ROCHA, José Joaquim da. Vila Rica. In: Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. p.98-106.

RODARTE, Mário Marcos Sampaio. O caso das minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. 1999. 179p. Dissertação - FACE/UFMG. 1999.

RODRIGUES, J. Wash. Móveis antigos de Minas Gerais. Revista do SPHAN, nº2.

ROMEIRO, Adriana. Conspiração política e cultura política. In: Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.p.169-208.

_____. & BOTELHO, Ângela Vianna. Dicionário Histórico das Minas Gerais: período colonial. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. Revista de História, n.º 109. São Paulo: FFLCH/USP, V.55, nº 109, 1977.

SALLES, Fritz Teixeira de. Vila Rica do Pilar. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1982.

SANTOS, Benedicto José dos. A Geologia do Município de Ouro Preto. In: Bicentenário de Ouro Preto: 1711-1911. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. p. 93-105.

SANTOS, José de Almeida. Estilo brasileiro D. Maria ou colonial brasileiro. Revista do SPHAN, nº6.

SANTOS, Márcio. Estradas Reais: Introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Editora Estrada Real. 2001. 180p.

_____. Novas perspectivas. Revista História Viva: Temas Brasileiros, São Paulo, Editora Duetto, nº4, 2006.

SANTOS, Paulo Ferreira. Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.

SANTOS, Paulo. A arquitetura religiosa de Ouro Preto. Rio de Janeiro. 1951.

SCARANO, Julita. Cotidiano e solidariedade. Vida cotidiana da gente de cor nas Minas Gerais – século XVIII. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SENNA, Nelson de. Origem da Cidade: instalação da Municipalidade. In: Bicentenário de Ouro Preto: 1711-1911. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. p. 1-21.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. v. II, org. Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.7-48.

SILVA, Célia Nonata da. Homens valentes: delimitação dos ‘territórios de mando’ nas Minas setecentistas. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n.º24, 2001.

SILVA, Fabiano G. da. Trabalho e escravidão nos canteiros de obras em Vila Rica no século XVIII. In: Encontro Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português – séculos XVI-XVIII. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2005. (mimeo).

SILVA, Flávio Marcus da. Roceiros, comissários e atravessadores – o abastecimento alimentar em Vila Rica na primeira metade do século XVIII. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n.º29, p.98-114, 2003.

SILVA, José Joaquim da. 1º Município (Ouro Preto). In: Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

SILVA, Vicente de Paula da. Entrevista realizada em 20 de junho de 2007, pela equipe do projeto de extensão “Ecomuseu da Serra de Ouro Preto”, da Universidade Federal de Ouro Preto. Agradecemos à Professora Yara Mattos, que coordena o Ecomuseu por ter cedido esse material.

SILVEIRA, Marco Antonio. Guerra de usurpação, guerra de guerrilhas. Conquista e Soberania nas Minas Setecentistas. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n.º25, p.123-143, 2001.

SILVEIRA, Vitor. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

SOBREIRA, F. G. *Riscos geológicos: definição de pontos críticos em Ouro Preto*. *Revista da Escola de Minas, Ouro Preto*, v. 44, n. 3 e 4, jul/dez, p. 213 -223, 1991.

SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. Norma e conflito: aspectos da História de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: UFMG. 1999.

TAVARES, Taciana B. A moradia em Vila Rica: 1750-1810. 2005. 199f. Dissertação - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

TELLES, A. C. A ocupação do território e a trama urbana. *Barroco*, n.º10, 1978/1979.

TRINDADE, Cônego Raimundo. Instituições de igrejas no Bispado de Mariana. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. 1945.

TURAZZI, Maria Inez. Cultura fotográfica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IMNC, n.27, 1998. p.7-15.

- VAINFAS, Ronaldo (org.). Dicionário de Brasil colonial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- VAUTHIER, L. L. Casas de Residência no Brasil. Revista do SPHAN, nº7.
- VASCONCELOS, Diogo de. História antiga das Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1974.
- VASCONCELOS, Salomão. Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto. Revista do SPHAN, nº5, p.241-257, 1941.
- VASCONCELOS, Sylvio de. Vila Rica. Formação e desenvolvimento: residências. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.
- _____. Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos. Belo Horizonte: UFMG, 1979. 186p.
- _____. Mineiridades: ensaio de caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968, p. 63.
- VELLOSO, Augusto. Dados legislativos concernentes a Villa Rica. In: Bicentenário de Ouro Preto: 1711-1911. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. p.119-131.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. In: *Varia História*. Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte: UFMG, nº 21, jul. 1999.
- VILLELA, Clarisse M. Critérios para seleção de rochas na restauração da cantaria. 2003. Dissertação - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, 2003.
- WAGNER, Robert & BANDEIRA, Júlio. Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender. Vol. 3. Petrópolis: Kapa Editorial e Petrobrás. 2000. 350p.
- WASH P. Mobiliário, vestuário, jóias e alfaias dos tempos coloniais. Revista do SPHAN, nº4.
- XAVIER, Ângela Maria Leite. Entrevista realizada em Ouro Preto, em 09/01/2009.
- ZAMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1990.